



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Nos últimos dias registaram-se dois casos graves de agressão a médicos, o primeiro uma médica no Hospital de S. Bernardo, em Setúbal, agressão que obrigou a que fosse submetida a uma pequena cirurgia, e o segundo, conhecido hoje, a um médico de medicina geral e familiar agredido a soco e pontapé por um doente durante uma consulta no Centro de Saúde de Moscavide.

De acordo com dados disponibilizados pela Direção-Geral da Saúde (DGS), no primeiro semestre de 2019 registaram-se 637 incidentes de violência contra profissionais de saúde, uma média superior a 100/mês.

Para além do Observatório Nacional da Violência Contra os Profissionais de Saúde no Local de Trabalho, criado pela DGS com a finalidade de promover a colaboração das instituições e várias associações do setor da saúde, o Governo anunciou em maio de 2019 a criação de «um projeto inovador para combater a violência contra os profissionais de saúde, que será alargado a vários pontos do país», numa parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério das Finanças, através da Secretaria de Estado da Administração e do Emprego Público.

Segundo o que foi divulgado no sítio do SNS, «este projeto avançou enquanto piloto no Agrupamento de Centros de Saúde da Amadora – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Brandoa e Unidade de Saúde Familiar Amato Lusitano – e no Hospital Professor Fernando da Fonseca. Nestas unidades foram identificados profissionais capazes de mobilizar pessoas (gestores de projeto) que fizeram um diagnóstico à situação e estão a trabalhar com os profissionais de saúde para encontrar soluções inovadoras para o problema».

Os envolvidos neste projeto terão trabalhado «ao longo de três sessões para propor soluções inovadoras para o problema, que serão agora testadas no terreno», diz-se. «Entre as soluções propostas contam-se ações de proximidade com a comunidade, formação, alterações na

sinalética, alterações de equipamentos e nos edifícios, «botões de pânico» ou campanhas de informação».

Tendo em conta os acontecimentos recentes, e a existência de cada vez mais atos de violência contra profissionais de saúde, em Portugal, o CDS lamenta que, neste como noutros casos, o Governo não tome medidas com eficácia comprovada e apenas crie “projetos” ou “grupos de trabalho” sem conclusões conhecidas, pelo que entende ser necessário obter esclarecimentos por parte da Senhora Ministra da Saúde – de quem, de resto, os profissionais de saúde esperam uma resposta firme que vá para além da manifestação de solidariedade.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer à Senhora Ministra da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- 1. Face ao aumento preocupante de casos de violência contra profissionais de saúde, que medidas específicas foram criadas, nos últimos seis meses, por forma a garantir a segurança destes profissionais?**
- 2. Dessas medidas, quantas resultaram do «projeto inovador para combater a violência contra os profissionais de saúde», criado em conjunto entre o Ministério da Saúde e o Ministério das Finanças?**
- 3. Tal como foi anunciado, quantas «ações de proximidade com a comunidade, formação, alterações na sinalética, alterações de equipamentos e nos edifícios, «botões de pânico» ou campanhas de informação» estão em curso, ou já foram realizadas e onde?**
- 4. Que resultados concretos teve a aplicação no terreno deste «projeto inovador»?**

Palácio de São Bento, 2 de janeiro de 2020

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)